



VI Conferência de Mulheres da APEOESP

"Mulheres da APEOESP pelo Direito à Vida"

"MULHERES DA APEOESP PELO DIREITO À VIDA"



RELATÓRIO DE PROPOSTAS

I. CRECHE

- 1) Creche em todas as atividades e instâncias do sindicato estadual e subseções, para crianças de até 12 anos;
- 2) Ampliar a idade para a creche nos eventos, que hoje só acolhe crianças de até 06 anos para, no mínimo, 10 anos;
- 3) Estabelecer o Dia de Luta por Creche (12 de outubro).

II. ABONO DE PONTO

- 1) Garantir junto ao Governo do Estado e Secretaria de Educação o abono de ponto para a participação na Conferência das Mulheres.

III. ENCONTRO PREPARATÓRIO

- 1) Realizar encontros preparatórios para as Conferências Estaduais de Mulheres.

IV. SECRETARIA DE MULHERES

- 1) Fazer o levantamento de quantas mulheres estão atuando em cada subseção.
- 2) a) Criar uma infraestrutura de atendimento às mulheres que sofrem estupro e violência doméstica: preparar pessoas para o acolhimento;
b) Implantar Secretaria de Mulheres nas subseções, e montar equipe de apoio às professoras que sofrem violência.

V. DIVERSIDADE DE GÊNERO

- 1) Elaboração de uma cartilha sobre diversidade de gênero para distribuição nas subseções e possível multiplicação nas escolas;
- 2) Ampliar espaços onde houver garantia para lecionar gênero;
- 3) Estender à comunidade LGBT todos os direitos civis como: casamento civil, inclusão de companheiro/a em planos de saúde e previdência, possibilidade de adoção para casais de mesmo sexo e outros direitos.
- 4) Direito a alteração dos nomes civis para os nomes sociais em documentos oficiais a travestis e transexuais;
- 5) Campanha pela Criminalização da homofobia;
- 6) Imediata aprovação da PLC 122 em seu texto original.
- 7) Defender o direito de termos pluralidade no trabalho de docência;
- 8) Elaboração de diretrizes e orientações para inclusão de alunos/alunas refugiados na rede pública do Estado de SP.

Depoimento de uma educadora: "Sou professora PEB I na cidade de Mauá, recebemos alunos haitianos e não há uma política que os contemple. Essas crianças falam crioulo, 'uma mistura do dialeto local com o francês'. Por acaso, falo francês e eles vieram para a minha turma.

No entanto, o Estado ganha duas vezes: às minhas custas, porque não ganho como professora bilíngue e na obtenção de recursos por cabeça dessas crianças que não contam com um centro para recebê-las, até que seja possível inseri-las na sala de aula ou, ao menos, proporcionar-lhes um intérprete.

De acordo com a Educação para as relações étnico-raciais, o direito à cultura delas não está sendo garantido."



VI. FORMAÇÃO

- 1) A criação de Coletivos ou Comitês pela segurança nas UEs contra a violência;
- 2) Formação de multiplicadores para replicar os estudos sobre violência de gênero nas escolas (Curso de Formação para REs);
- 3) Política de formação sobre o tema de “Opressão e superexploração de negros/as, mulheres e LGBT”;
- 4) Criar nas subseções, espaços de formação sobre a questão da mulher;
- 5) Promover formação em direitos humanos, com novas estratégias, voltados às mulheres e questões interraciais;
- 6) Sugestão para que APEOESP reedite a Cartilha sobre Assédio Moral.
- 7) Que todo o material apresentado na VI Conferência Estadual de Mulheres seja remetido às subseções do Sindicato, para subsídio aos debates.

VII. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- 1) Combater todas formas de assédio moral e sexual;
- 2) Contra a cultura do estupro, “Fora Feliciano”;
- 3) Delegacias da Mulher 24 horas
- 4) Pensar na questão do feminicídio, na cultura do estupro, no genocídio de jovens (maioria negra); na reduzida participação dos homens no trabalho doméstico; na imposição dos padrões estéticos para as mulheres;
- 5) Responsabilizar o Estado, os governos e a burguesia pela manutenção do quadro de violência e de seu crescimento contra as mulheres;
- 6) O combate à violência não se dará com o fortalecimento dos mecanismos policiais e repressivos. Que a tese de que a educação de homens e mulheres pela igualdade permite reduzir progressivamente a violência é idealista e utópica. A educação para igualdade depende das transformações na base material, que reproduz o poder dos homens sobre as mulheres e a desigualdade;
- 7) As leis mais avançadas de proteção à mulher não são aplicáveis no capitalismo em decomposição. A exigência perante o Estado para que aplique tais leis não pode servir para iludir as mulheres sobre a possibilidade de que venham a ser cumpridas, mas sim para revelar as causas reais da violência. O não cumprimento e a sua denúncia ajudam o movimento de libertação da mulher a superar suas ilusões na possibilidade do Estado e da burguesia solucionarem a violência a que está submetida;
- 8) A submissão econômica e familiar da mulher ao homem está na base de todo tipo de violência sofrida. Está aí por que o capitalismo não tem como eliminar as fontes da violência. A resposta parte das próprias mulheres e homens explorados. Não se deve contrapor homens e mulheres, mas sim as classes sociais a que pertencem. O ponto de partida para enfrentar a submissão econômica e familiar é o da defesa da integração de todas as mulheres à produção social. E exigir do Estado a criação e manutenção dos restaurantes, lavanderias, creches e outros trabalhos familiares privados, que devem ser coletivizados;
- 9) Exigir do Estado que garanta a sobrevivência das adolescentes que engravidam precocemente. A Conferência avalia como estarrecedora a informação de que 20% das crianças brasileiras são filhos/as de mães adolescentes. E que 60% delas não trabalham, nem estudam. Está aí o retrato de que a opressão sobre a mulher recai pesadamente sobre as famílias mais pobres. As jovens grávidas não têm como fazer o pré-natal, nem sustentar os filhos. As medidas mais elementares que a Conferência assinala são: garantia imediata da saúde da gestante adolescente e da criança; recebimento de um salário que permita mantê-la durante todo o período de licença maternidade; garantia de creche e ingresso da mãe na escola e na produção. Esse é mais um dos motivos pelos quais a Conferência luta pelo reconhecimento da função social da maternidade;
- 10) A luta pela elevação das condições materiais e culturais das massas exploradas é um passo necessário para avançar o movimento contra a violência sobre a mulher e a violência em geral.
- 11) Iniciar uma campanha que discuta os ataques às mulheres e tenha como centro a construção da greve geral do dia 5 de dezembro;

VIII. ABORTO

- 1) Lutar pela descriminalização e legalização do aborto
- 2) Defender o direito irrestrito ao aborto, assegurado inteiramente pelo Estado

IX. AMAMENTAÇÃO

- 1) Direito a licença amamentação;
- 2) Garantia da lactante amamentar até pelo menos os 2 anos, criar condições em cada UE.
- 3) Ampliação da licença maternidade de seis meses para todas as mulheres;



X. OUTRAS PROPOSTAS

1. Abono de ponto para pais e mães para participar nas reuniões de pais, garantindo a participação na vida escolar dos filhos;
2. O objetivo estratégico do movimento das mulheres deve ser o de erradicar a desigualdade e emancipar definitivamente a mulher da sua condição de subordinação econômica e social;
3. O movimento das mulheres não se contrapõe aos homens em geral, mas à classe burguesa e seus aparatos de dominação;
4. A luta pelas reivindicações mais elementares de defesa da mulher está contraposta à exploração do trabalho e se choca com o Estado burguês;
5. A luta em defesa da mulher no Parlamento deve estar subordinada ao programa de emancipação das mulheres e aos métodos da luta de classes;
6. Os movimentos feministas de classe média para avançar em suas reivindicações devem se colocar sob a direção da política do proletariado, cujo programa é o da emancipação geral de todos os explorados e oprimidos;
7. A luta das mulheres operárias, camponesas e de classe média arruinada deve fortalecer o combate geral pelo fim do capitalismo, constituindo um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado contra a minoria opressora.
8. Encontros de mulheres, nas subseções, para garantir que a base ajude na elaboração da pauta;
9. Contemplar na pauta da campanha salarial temas das lutas das mulheres;
10. Em defesa de uma Secretaria de Combate à Homofobia na APEOESP;
11. Contra a obrigatoriedade de exames ginecológicos para admissão;
12. Que a VI Conferência Estadual seja indicativa de que as mulheres eleitas nos partidos políticos tenham cadeira nos postos de comando de 30% do total e não apenas nos 30% na composição feminina nas chapas.
13. Que a Conferência indique o levantamento de quantos homens e mulheres negros há na APEOESP e que essa proposta seja levada também a outros sindicatos.

XI. PROPOSTAS GERAIS

1. Rechaçar o conjunto das reformas antitrabalhadoras do governo golpista de Temer;
2. Organizar o movimento de resistência à implantação das reformas trabalhista e do ensino médio;
3. Reforma do Ensino Médio: que escolhas são essas e quem pode fazê-las?
4. Luta pela revogação das reformas aprovadas;
5. Estruturar um movimento pela derrubada da Reforma da Previdência;
6. Retomar mobilização nacional pela greve geral;
7. Não às demissões e ao desemprego. Redução da jornada, sem redução de salário;
8. Construção de uma frente ampla para as próximas eleições;
9. Promover movimento de resistência ao neoliberalismo; manter valores, princípios dos coletivos e enfrentamento ao MBL (Movimento Brasil Livre);
10. Criar diálogo com novos grupos políticos;
11. Dialogar com o Fórum de Educação Étnico-Racial, aproximando-o com a agenda da APEOESP;
12. Basta de genocídio à população negra. Desmilitarização da PM;
13. Discutir o apadrinhamento dentro das escolas (Indicação do MBL);
14. Exigir respeito aos tratados internacionais assinados pelo Brasil,
15. Pensar sobre a evasão dos meninos menores das escolas e sobre a desigualdade na Educação Infantil;
16. Enfrentar a intolerância religiosa;
17. Rejeitar o ensino religioso;
18. Enviar para as subseções o documento do Banco Mundial, que propõe o fim da gratuidade das universidades públicas e acaba com a vinculação de recursos;
19. Plano geral de obras públicas para construção de moradia popular, hospitais, creches e escolas;
20. Que a Conferência de Mulheres 'tire como posição' a construção da Assembleia do dia 05 de dezembro, junto às demais entidades sindicais e populares, como um Ato Público para derrotar as reformas.
21. Não às alianças com setores conservadores da 'velha política';
22. Que a Conferência oriente as subseções a formar mulheres para assumir a coordenação, refletindo as eleições e a proporcionalidade feminina na política,
23. Discutir eleições para o Congresso e não apenas à Presidência;



XII. TEXTOS COM MÚLTIPLAS PROPOSTAS OU SEM PROPOSTA DEFINIDA:

- 1) Atividades pautadas nos 'enfrentamentos da lei'. Portanto, quanto ao trabalho da professora enquanto mulher, mãe, dona de casa e militante política, além da participação em palestras, congressos e conferências, assegurar a participação de filhos em idade de responsabilidade total da mãe (como por exemplo, crianças especiais e idade até 12 anos). Além de atividades voltadas para o interesse pessoal/político na direção do trabalho e/ou caminho do trabalho de interesse da Conselheira. A mulher necessita disso urgentemente e, muitas vezes, é impedida por causa dessa questão.
- 2) *Depoimento*: "Com toda discriminação e humilhação sofridas na vida, temos um sofrimento maior agora na velhice; vejo aposentadas e idosas morrendo de depressão dentro de suas casas, sem ninguém para conversar e ouvir".

XIII. CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Depoimentos de professoras: "Fico indignada que ainda se discuta a violência doméstica pelo companheiro. Só sofre esse tipo de violência quem deixa que isso aconteça."

"Essas mulheres que optaram por estes maridos, também podem deixá-los. Devemos lutar pelo bem da vida. Pela paz, viver bem, ser criativo, trabalhar a nosso favor e, cada um (mulher ou homem) lutar por si. Ser protagonista de uma boa história."

"Parar de brigar por partidos políticos, nos unir com quem tem coragem de lutar e fazer um País melhor"

Maria do Carmo B Catão – (professora da subsele de Itapetininga)

XIV. MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AO GOVERNO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

A APEOESP repudia a decisão tomada pelo 2º DP de Juiz de Fora/MG, ao prender mãe que foi denunciar estupro de sua filha e acabou sendo detida por "abandono de incapaz".

No dia 08 de novembro deste ano, uma diarista de 36 anos (cujo nome está sendo mantido em sigilo) se dirigiu à segunda delegacia de polícia de Juiz de Fora/MG para denunciar um caso de estupro contra sua filha de 12 anos e acabou sendo presa por abandono de incapaz.

A mulher informou à polícia que o crime ocorreu por volta das 14h30 daquele dia, quando os dois filhos estavam sozinhos em casa enquanto ela trabalhava. No depoimento, falou que precisava voltar às pressas em casa porque tinha deixado o filho de 6 anos sozinho aos cuidados da filha mais velha.

Ela ficou sabendo do estupro da filha, dois dias depois, porque a menina lhe disse que estava machucada. O pai da vítima pretendia procurar o suspeito e fazer justiça por 'conta própria', mas mudou de opinião quando a mulher lhe convenceu a ir denunciar.

Este caso escancara o desprezo do Estado com os serviços públicos: para trabalhar, pais precisariam deixar seus filhos em escolas e creches, em segurança, o que as autoridades não garantem. Ao contrário: não há creches nem escolas de período integral para os jovens.

Mãe e filha, neste como em muitos casos País afora, são vítimas de uma sociedade machista que deixa suas crianças à própria sorte, quando seus pais e mães têm que ausentar-se para buscar o sustento da família.

Pela punição dos responsáveis pela prisão!

Por creches em período integral!

Por uma educação pública e gratuita em período integral, construída democraticamente de acordo com os interesses da classe trabalhadora!

Chega de transformar vítimas em criminosos. Abaixo o machismo nas delegacias de polícia!



MULHERES DA APEOESP PELO DIREITO À VIDA